



História (São Paulo)

ISSN: 0101-9074

revistahistoria@assis.unesp.br

Universidade Estadual Paulista Júlio de

Mesquita Filho

Brasil

TUNA, Gustavo Henrique

A CONSTRUÇÃO DE DIFERENÇAS: Silva Alvarenga (1749-1814) e os limites de sua
condição de fiel vassalo de Sua Majestade

História (São Paulo), vol. 36, 2017, pp. 1-22

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221049548034>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A CONSTRUÇÃO DE DIFERENÇAS:

Silva Alvarenga (1749-1814) e os limites de sua condição de fiel vassalo de Sua Majestade

The construction of differences: Silva Alvarenga (1749-1814) and the limits of his condition as Your Majesty's faithful vassal

Gustavo Henrique

TUNA

Global Editora

gustavo_tuna@yahoo.com.br

RESUMO

O poeta e professor régio Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814), assim como outros estudantes luso-americanos de sua geração, adquiriu formação ilustrada nos bancos da Universidade de Coimbra, em meio à reforma dos estudos na instituição em 1772, a qual objetivamente melhor formar seus alunos para exercerem com eficiência seus ofícios em benefício do Império português. Atentando para segmentos de sua obra poética, de sua trajetória e de sua livraria, o presente artigo procura compreender as possibilidades e os limites para que o letrado luso-americano firmasse sua condição de fiel vassalo da monarquia portuguesa.

Palavras-chave: Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814); Ilustração Luso-americana; Livrarias.

ABSTRACT

The poet and regius teacher Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814), as well as other Luso-American students of his generation, acquired enlightened background at Coimbra University, at the time of the renewal of the studies in the institution, in 1772, that aimed to improve the students in order to work better for the benefit of the Portuguese Empire. Considering part of his poetique oeuvre, his trajetory and his library, the present article aims to comprehend the possibilities and the limits available for the man of letters to reinforce his condition of faithful vassal of the Portuguese monarchy.

Keywords: Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814); Luso-American Enlightenment; Private libraries.

Silva Alvarenga fez parte de uma geração de homens nascidos na América portuguesa do século XVIII que se identificaram de formas distintas – porém, com semelhanças entre si – com o ideário ilustrado português da segunda metade do século XVIII. Enquanto Alvarenga Peixoto, Basílio da Gama e Claudio Manuel da Costa ficaram conhecidos por seu envolvimento na Inconfidência Mineira, Silva Alvarenga foi alvo de desconfiança no Rio de Janeiro num episódio que ficou celebrizado como Conjuração do Rio de Janeiro ou Inconfidência Carioca. Muito já se escreveu com o objetivo de circunscrever algumas ações de Silva Alvarenga e considerar parte de sua obra poética como sendo o gérmen de um nativismo que visava à independência política do país, como amostras do nascimento de uma brasiliidade (CALMON, 1959, p. 1339; CANDIDO, 2006, p. 180; SANTOS, 1992, p. 23).

Procurando entender a ação e a obra do poeta por outro prisma, pretende-se aqui averiguar de que formas sua obra, passagens de sua trajetória em Portugal e na América portuguesa e também o universo amplo de leituras disponíveis em sua livraria indicaram a construção de diferenciações entre a condição do americano e a do habitante do Reino.

Nascido em Vila Rica, em 1749, o mulato Manuel Inácio da Silva Alvarenga cursou o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, em Mariana, em 1766, partindo posteriormente para Portugal, mais especificamente para a Universidade de Coimbra, a fim de ingressar em seu curso de Cânones. Neste período, a universidade seria o destino de muitos estudantes do ultramar, entre eles muitos oriundos de Minas Gerais, que se dirigiam para o Reino (VALADARES, 2004). O jovem estudante teve a oportunidade de vivenciar um momento ímpar da Universidade de Coimbra, que passaria por uma ampla reforma curricular em 1772 (RODRIGUES, 2007, p. 729-735). Esta Reforma, conduzida de perto pelo Marquês de Pombal, visava tornar o ensino na universidade mais efetivo para o funcionalismo régio e para a máquina governamental de todo o Império português.

Após a expulsão dos jesuítas do Reino, em 1759, a Reforma do Ensino dos Estudos menores planificada em 1759, a meta em Coimbra era tornar o conhecimento científico em Portugal mais próximo do que se praticava em outros cantos da Europa. Para tanto, em 1772, seriam fundadas em Coimbra as Faculdades de Filosofia e de Matemática, bem como seria reformulado o curso da já existente Faculdade de Medicina.¹ Os cursos de Cânones e de Leis, destinados à formação de homens que integrariam órgãos administrativos do Império, advogados e membros de tribunais eclesiásticos, teriam seus currículos amplamente reformulados.

No bojo da Reforma, promoveu-se a construção de espaços destinados à prática científica, para aprimorar os processos de catalogação, conservação e pesquisa de espécies animais e minerais, importantes para campos científicos como a História Natural e a Química, melhoramentos que foram acompanhados pela ida de professores de outras nações como a Itália para Coimbra. Em resumo, uma série de medidas foram tomadas com o intuito de promover um “aggiornamento” do estágio dos saberes na universidade por-

tuguesa (BRIGOLA, 2003). Tais transformações no interior da Universidade ocorreram de acordo com os propósitos da Coroa, cuja ação sobre os rumos da instituição era decisiva. O Estado seria a instância responsável pela direção do processo que implicaria em selecionar, transmitir e aplicar os saberes considerados úteis ao Império (ARAÚJO, 2014, p. 46).

A passagem de Silva Alvarenga pelos bancos de Coimbra coincide exatamente com este período de viragem no ensino da Universidade. No livro de matrículas da Universidade, tem-se o registro que o jovem estudante matriculou-se primeiramente em *Instituta*, em 1768.² Nesta fase pré-Reforma, seus estudos na Faculdade de Cânones prosseguiram até julho de 1771, conforme é possível atestar pelo livro de atos e graus do ano letivo 1770/1771.³ A Universidade teria seu funcionamento interrompido em 25 de setembro de 1771, por ordem do Marquês de Pombal, com vistas à implementação da Reforma dos estudos ao longo daquele ano.⁴ Seguindo as determinações da Universidade pós-Reforma, Silva Alvarenga reiniciaria os estudos na instituição em 1772 matriculando-se no segundo ano do curso jurídico, que seria comum para legistas e canonistas.⁵ No ano seguinte, conforme a nova estrutura curricular, Silva Alvarenga retomaria os estudos no terceiro ano da Faculdade de Cânones (ACTAS..., 1983, p. 14-15). Nos livros de atos e graus consta o assento que registra o exame de formatura do jovem luso-americano na Faculdade de Cânones, em 10 de junho de 1776, dado que demonstra ter o estudante permanecido um total de 8 anos ligado à Universidade de Coimbra.⁶

Integração e distanciamento na metrópole

Uma das primeiras composições poéticas de Silva Alvarenga, intitulada “À mocidade portuguesa”, convoca as Luzes a adentrarem com força no Império. Ainda que publicado somente em 1782, quando seu autor já se encontrava no Rio de Janeiro, o poema é vincado pela atmosfera de renovação dos saberes planificados durante o reinado de D. José I, sob o comando do Marquês de Pombal, o que indica sua escrita ter ocorrido à época em que Silva Alvarenga se encontrava em Portugal.⁷ Os versos da ode sinalizam que o caminho a ser trilhado pelos jovens habitantes do Império compromissados com a renovação do conhecimento bafejada pela Ilustração deve estar sedimentado pelo seguro respeito às leis sagradas: “Pisai cheios de gosto/ Da bela glória os ásperos caminhos,/ Enquanto volta o rosto/ O fraco, o inerte à vista dos espinhos./ E fazei que por vós inda se veja/ O império florescente, e firme a Igreja” (ALVARENGA, [1782]/2005, p. 61). Nesta chave, o poema concebido por Silva Alvarenga mostra-se em total sintonia com a especificidade das Luzes portuguesas, nomeadamente após as reformas pombalinas que, como bem aponta Francisco Falcon, pautaram-se pela incorporação de membros de ordens religiosas em diversas instituições ligadas ao poder monárquico (FALCON, 1982, p. 430). O historiador observa que, no campo ideológico, o ecletismo que se afirma em Portugal após a expulsão dos jesuítas em 1759 pode ser plenamente visualizado diante de diversas manifestações de interação que nos possibilitam ver como Estado e Igreja forjaram suas alianças (FALCON, 1982, p. 431). Tanto o sistema educacional como o controle e circulação dos livros no Im-

pério português, atividades capitaneadas pela Real Mesa Censória fundada em 1768, contariam com a participação ativa de membros de ordens religiosas em seus quadros. Como deixa entrever a estrofe supracitada do poema de Silva Alvarenga, a ação doutrinadora da Igreja acabaria sendo uma força estruturante no processo de consolidação e expansão do Império português.

Também durante sua estada em Portugal, mais exatamente em 1774, o jovem poeta publicaria *O Desertor*, que se configura na história de Gonçalo, estudante da Universidade de Coimbra que abandona os estudos após a Reforma da Universidade de 1772 em razão das novas exigências do ensino coimbrão reformado. O poema versa sobre as peripécias de Gonçalo que, junto a outros estudantes da instituição coimbrã, decide refugiar-se na cidade de Mioselha, onde mora um de seus tios, no fito de escapar do novo e rigoroso ambiente de ensino que a Reforma da Universidade estabelecera.

Dentro do gênero herói-cômico, o desenrolar da viagem de Gonçalo e seus amigos até Mioselha é versado de maneira jocosa, ao dispor, num mesmo enredo, a covardia da atitude de recusa dos jovens estudantes em permanecer na reformada instituição e os ínfimos obstáculos que eles, guiados pela "Ignorância", enfrentam "bravamente" para chegar à tranquila cidade onde encontrariam a paz, longe dos bancos universitários conimbricenses. Como bem aponta Ronald Polito, o poema acaba realizando uma defesa da Reforma da Universidade implementada em 1772 sem, contudo, expor seus pormenores (POLITO, 2003, p. 30). A maior parte dele concentra-se na tarefa de satirizar burlescamente a postura estudantil de laxidão perante o conhecimento, procedimento já praticado por outros autores portugueses do século XVIII (FURTADO, 2001, p. 223). Com este poema, Silva Alvarenga sacramentaria sua entrada para o círculo de artistas protegidos por Pombal, movimento que havia sido facilitado por outro homem nascido na capitania de Minas Gerais, o poeta Basílio da Gama (SOUZA E SILVA, 1864, p. 39-42).

Cumpre lembrar que os jovens estudantes e aspirantes a escritores nascidos na América portuguesa como Silva Alvarenga lidavam com duas realidades: uma, comum a todos, era a necessidade de obtenção da licença da Real Mesa Censória, órgão do governo português que deliberava sobre o que devia ser impresso, além de controlar a circulação e a posse de livros (VILLALTA, 2015). O outro desafio era encontrar meios de fazer sua produção literária ganhar algum destaque em meio a um contingente considerável de autores nascidos no Reino. Na trajetória de Silva Alvarenga, é curioso notar que sua primeira publicação intitulada *Epístola a Termindo Sipílio*, de 1772, é impressa sem a autorização da Real Mesa Censória, o que renderia um processo ao impressor, Pedro Ginioux, processo que não vem ao caso aqui descrever. O que interessa aqui é frisar que em sua *Epístola* Silva Alvarenga maneja versos que trazem reparos a vertentes poéticas ainda bastante praticadas na época por escritores do Reino. A recepção a tais provocações talvez fosse já prevista por ele e é possível que tenha decorrido de tal percepção a tentativa clandestina de publicar a epístola (MARTINS, 2005, p. 565-567). Com reparos sobre o que deveria ser considerado de

bom gosto nas letras, Silva Alvarenga se confrontava com a Arcádia Lusitana, agremiação literária fundada em Portugal, em 1756, que teve entre seus expoentes Antonio Diniz da Cruz e Silva (BRAGA, 1899, p. 626-632). Este, por sua vez, escreveria um poema cheio de ferocidade em referência à *Epístola* de Silva Alvarenga:

Quem é este animal, que galopando/ Em torno d' essa fétida lagoa/ (Diz Apollo a Thalia) o Pindo atroa/ Com zurros nossa musica turbando? / E dos Vates as cinzas não perdoa,/ Com coices suas cinzas violando? / Então Apollo torna à Ninf a rindo:/ É Palmireno, que eu mudei em burro,/ Em pena de incensar o vão Termindo (CRUZ; SILVA, 1807, p. 277).

Com este caso de ataque com direito à réplica, é possível supor ter existido uma atmosfera de disputa entre escritores do Reino e do ultramar. A disputa entre Silva Alvarenga e Cruz e Silva, por sinal, teria continuação e ganharia contornos mais drásticos para o poeta luso-americano. Mais tarde, em 1794, quando Silva Alvarenga é preso por causa de seu protagonismo na Sociedade Literária do Rio de Janeiro, Cruz e Silva é o Desembargador-Chanceler da Relação encarregado de conduzir o processo de devassa, tarefa que já exercera 5 anos antes, na Inconfidência Mineira.

Retomando ainda a estada de Silva Alvarenga em Portugal, há que se destacar que, por meio de suas atividades no campo da escrita poética, o estudante deixou sua marca no episódio da inauguração da estátua equestre de D. José I, ocorrida em 1775 na Praça do Comércio. Faz-se necessário frisar que tal celebração teve um papel de extrema importância dentro da história de Portugal, em virtude de consagrar o encerramento dos trabalhos de reconstrução de Lisboa, 20 anos após o terremoto que havia castigado a cidade em 1755. Ao lado disso, as festividades se revestiam de uma importância ainda maior, em virtude do conhecido estado de saúde debilitado de D. José I, desde 1774. Planejadas minuciosamente pelo Marquês de Pombal, as comemorações da inauguração da estátua equestre de D. José I na Real Praça do Comércio tiveram pompa e circunstância, contando com fogos de artifício, iluminações públicas, desfiles de carros alegóricos, um baile para as "pessoas de distinção e um generoso banquete para a multidão que compareceu na praça" (MONTEIRO, 2006, p. 257). Poetas nascidos no reino e no ultramar escreveram sonetos, odes, epístolas e outros gêneros poéticos em alusão à inauguração da estátua, os quais foram impressos e distribuídos pela cidade. Além de Silva Alvarenga, outros luso-americanos conceberam tais escritos de homenagem, como Basílio da Gama, Alvarenga Peixoto e Antonio Caetano de Almeida Villas Boas (TUNA, 2009, p. 66). Silva Alvarenga participou deste momento de destaque do reinado de D. José I com três composições: uma epístola, uma ode e um soneto. Na ode, intitulada "No dia da inauguração da estátua equestre de El-Rey Nossa Senhor D. José I", tem-se uma breve mas importante referência ao Marquês de Pombal, figura política que, diante da situação de saúde precária do rei, havia concentrado ainda maior poder na governança portuguesa: "Aos séculos futuros, /Intrépido Marquês, sirvam de exemplo/ Vossos trabalhos duros,/ Longos, incríveis, que da fama o Templo/ Tem por estranho e glorioso ornato,/ Onde não chega a mão do tempo ingrato"(ALVARENGA,

1775, p. 5). Assim, percebe-se que nas últimas criações do poeta antes de seu retorno à América portuguesa, mais especificamente ao Rio de Janeiro, foram reforçados os seus laços com o propósito reformista pombalino, o qual projetava alterações nas esferas da política, da justiça, economia e da educação tanto para o reino como para o ultramar.

As dissensões no retorno do americano

No Rio de Janeiro, capital do Vice-Reino do Estado Brasil, Silva Alvarenga pôde desfrutar de uma das ambiências intelectuais mais ativas do território luso-americano, ainda que ela guardasse suas especificidades e limites difíceis de expandir para as mesmas dimensões do que se verificara em solo metropolitano. Se em Portugal as mudanças no plano da educação e da cultura eram lentas, na colônia estas alterações eram ainda menos intensas. Exercendo no Rio de Janeiro a cadeira de professor régio de Retórica e de Poética, a partir de 1782, notaria os descompassos entre ser um letrado na metrópole e na colônia.

De todo modo, é lícito afirmar que ao chegar no Rio de Janeiro, em 1776, Silva Alvarenga presenciou os três últimos anos de funcionamento da Academia Científica do Rio de Janeiro, fundada no Rio de Janeiro pelo marquês de Lavradio, em 1771. Composta sobretudo por médicos, cirurgiões, farmacêuticos e engenheiros, a agremiação procurou fomentar a experimentação científica e o aperfeiçoamento de técnicas que majorassem a produção colonial a partir de gêneros cultivados na colônia. Três de seus membros – Ildefonso José da Costa Abreu, Joaquim José de Ataíde e Gonçalo Muzzi – seriam, posteriormente, responsáveis pela redação dos estatutos oficiais da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, fundada em 1786.

Os resultados dos trabalhos da agremiação criada durante o vice-reinado do Marquês de Lavradio acabariam sendo tímidas e prejudicadas pela falta de um apoio mais sistemático por parte do vice-rei. Ainda assim, diante da falta de uma instituição universitária na colônia, academias como essa se configuravam como os espaços mais relevantes nos quais importantes homens de letras da sociedade colonial, ao lado de seus afazeres profissionais cotidianos, se reuniam para intercâmbio de conhecimentos, geralmente sob a proteção de algum governante (KANTOR, 2004, p. 249; KURY, 2004).

Em 1783, Silva Alvarenga recita um poema no Passeio Público do Rio de Janeiro intitulado “O bosque da Arcádia”, por ocasião da inauguração de um busto em homenagem à rainha D. Maria I. No poema, Silva Alvarenga projeta o desejo de D. José I, pai de D. Maria I, como se o monarca estivesse a prescrever a atenção que ela deveria ter para com os nascidos na América portuguesa:

Filha, minha, não temas (Assim falou o grande entre os Monarcas,
Primeiro sem segundo,/ Delícias do seu Povo, Amor do Mundo),/
Não temas o favor do Tempo ingrato; Rege em paz os teus Povos,/
Estima os teus fiéis Americanos;/ Conserva-lhes a Lei, que em
flor do anos/ Vizinho à tua glória,/ Os passos guia ao Templo da
Memória (ALVARENGA, [1783]/2005, p. 24).

Nesta estrofe, sublinha-se a atenção que deveria ser dada aos súditos da América portuguesa, atenção que Silva Alvarenga recebera de D. José e que desejava que fosse renovada por sua sucessora, a rainha D. Maria I. Ao mesmo tempo que o poeta mineiro tece um poema em homenagem à rainha para sacramentar sua fidelidade à Coroa, manifesta anseio por obter maior consideração no fito de sentir-se um efetivo habitante – parte integrante – do Império português.

Procurando manter aceso o conhecimento apreendido em Portugal e coerente com a vivência e a difusão de saberes ilustrados, o poeta se engajou, no ano de 1790, na reativação dos trabalhos da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, fundada em 1786, durante o vice-reinado de Luís de Vasconcelos e Sousa. Em 1785, portanto um ano antes da fundação da agremiação, Silva Alvarenga publicaria a *Apotheosis poética – Ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Luís de Vasconcelos e Sousa, Vice-Rei e Capitão general de mar e Terra do Brasil*. Tal pendor do vice-rei para apoiar as atividades intelectuais que os letrados coloniais desejam promover é por ele versado nesta composição lírica: “Os justos prêmios de êmula Virtude/ Da vossa mão excitem/ Ao nobre, ao generoso, ao fraco e rude;/ As Artes venturo-sas ressuscitem;/ E achando em Vós um ínclito Mecenas,/ Nada invejem de Roma, nem de Atenas” (ALVARENGA, [1785]/2005, p. 7).

O vice-rei acabaria entrando para a historiografia como protetor da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. É digna de nota a especial atenção que ele concedeu ao desenvolvimento dos saberes científicos na América portuguesa, acompanhando de perto a organização de um espaço destinado à preservação e estudo de material relacionado à História Natural no Passeio Público, na cidade do Rio de Janeiro. Contudo, não se tem notícia durante os períodos de funcionamento da Sociedade Literária acerca de efetivos gestos de amparo e incentivo de Vasconcelos e Sousa à agremiação. Ainda assim, até onde se sabe, não houve oposição aos seus trabalhos até 1790, ano em que se encerra seu vice-reinado.

Após algum tempo em atividade, a Sociedade esmorecera e não receberia gesto peso-saolmente autônomo de apoio por parte do vice-rei que o sucede, D. José Luís de Castro, o Conde de Rezende, visando sua reativação. Silva Alvarenga tomou a frente da Sociedade, alugando uma casa de dois andares na rua do Cano (atualmente Sete de Setembro) morando no andar de cima e reservando o inferior para as reuniões da Sociedade e seus pertences (AUTOS..., 2002, p. 197).

Juntamente com Mariano José Pereira da Fonseca, marquês de Maricá, retornou as atividades da academia, mantendo com isso na capital do Vice-Reino do Estado do Brasil um espaço no qual letRADOS compartilhavam informações e também recepcionavam homens de ciência formados em Portugal e em outras nações europeias que submeteriam seus trabalhos para a avaliação da Sociedade.⁹ Tal ambiente dinâmico de intercâmbio de saberes seria sufocado pela ordem de fechamento da Sociedade dada pelo vice Rei D. José Luís de Castro, Conde de Resende, pela posterior prisão de seus membros, entre eles Silva Alvarenga, e de outros homens vistos em conversas consideradas de cunho ofensivo ao

poder monárquico e à Igreja Católica, dando ensejo à abertura de um processo de devassa em dezembro de 1794 (AUTOS..., 2002, p. 70).

A longo do processo de devassa, Silva Alvarenga foi conduzido à inquirição por nove oportunidades. Numa delas, destaca-se a firmeza pela qual o poeta visualiza o trabalho da Sociedade Literária. A constituição da agremiação era vislumbrada por seus membros como uma espécie de missão civilizadora, lançando mão aqui da apropriada percepção de Anita Correia Lima de Almeida (ALMEIDA, 2011, p. 183). A fundação e a manutenção da instituição são por Silva Alvarenga justificadas dentro da motivação de promoção do conhecimento cuja finalidade é apresentada como a de atender

[...] o interesse público, pois que, sendo a maior parte dos seus sócios médicos, pelas ditas conferências adiantavam as suas luzes e se dispunham para com mais acerto curarem os enfermos, além de outros conhecimentos sobre os diversos reinos da natureza que nas mesmas conferências adquiriam os seus sócios e de que poderia vir a resultar utilidade ao público (AUTOS..., 2002, p. 195).

Em outra ocasião de suas inquirições, o poeta, ao ser acusado de abordar em conversas de forma leviana matérias relacionadas a “religião e política”, convida as autoridades que conduzem o processo a averiguarem “seus papéis”, referindo-se aos seus escritos, assinalando que neles certamente elas encontrariam “muitos elogios não só aos Vice-Reis deste Estado, mas aos nossos clementíssimos soberanos, nos quais respira o amor dos príncipes, da pátria e da nação” (AUTOS..., 2002, p. 198-199). Cumpre registrar que o sentido empregado na oportunidade ao termo “pátria” corresponderia à totalidade do Império português. Faz-se necessário, contudo, registrar o emprego do termo em outros contextos.

Em um poema escrito por ocasião de seu retorno à América portuguesa, Silva Alvarenga recorre ao mesmo termo numa acepção diferente, utilizando-o como referência ao seu território de nascimento. Trata-se especificamente do poema *O templo de Netuno*, o qual se apresenta como uma composição dirigida a Basílio da Gama, colega ultramarino que permaneceria na metrópole após o retorno de Silva Alvarenga à América portuguesa cujo nome arcádico era Termindo Sipilio: “Amor, o puro Amor do pátrio ninho/ Há muito que me acena e roga ao fado/ Que eu sulque o campo azul do deus marinho” (ALVAREN-GA, [1777]/2005, p. 49). O poema tem como pano de fundo o retorno de Silva Alvarenga à América portuguesa após oito anos como estudante em Coimbra. Segundo o que se tem notícia, seu embarque rumo ao Rio de Janeiro teria se dado em 1776 e *O templo de Netuno* remonta ao ano seguinte. Nele, o poeta vislumbra estar prestes a colocar em prática no “pátrio ninho” boa parte da formação acadêmica desenvolvida nos anos de aluno de Cânones em Coimbra. É possível aventar que após a queda, em 1777, do Marquês de Pombal e a ascensão de D. Maria I ao trono representasse um período de muitas instabilidades para sua trajetória, até então bastante atrelada ao reinado de D. José I e, mais proximamente, do consulado pombalino. Basta citar que durante sua estada em Coimbra Silva Alvarenga havia conseguido publicar, com autorização régia, quatro obras: *O Desertor* e as três composições alusivas à inauguração da estátua equestre de D. José I.

Sob este ângulo, o reinado de D. Maria I configurava-se num período de reposicionamento das peças de xadrez do tabuleiro político português, o que leva Silva Alvarenga a versar sobre sua fidelidade à nova monarca no poema lírico *A gruta americana*: “Ide, sinceros votos,/ ide e levai ao Trono Lusitano/ Destes climas remotos,/ Que habita o forte e adusto Americano,/ A pura Gratidão e a lealdade,/ O Amor, o Sangue e a Própria Liberdade” (ALVARENGA, [1779]/2005, p. 58). Neste que é um dos primeiros poemas de Silva Alvarenga tingido com referências de paisagens da América portuguesa, o estabelecimento de uma ligação com a rainha recém-empossada configura-se num gesto fundamental para a conquista de um olhar diferenciado de sua parte, visto que a publicação de um poema com tal menção permitiria que sua condição fiel de súdito real ficasse expressamente registrada.

No período em que esteve preso e submetido a inquirições, numa delas Silva Alvarenga comentara que o Conde de Resende, acerca da Sociedade Literária, “entrara a dar demonstrações de que a mesma se restabelecesse” e “expressamente falara com ele... para o dito fim” (AUTOS..., 2002, p. 194). A falta de apoio por parte do Conde de Resende e, mais do que isso, sua ordem para que a mesma fosse fechada, ao se considerar a formação recebida por Silva Alvarenga e sua disposição para promover o progresso dos saberes, aguçava sua percepção a respeito da existência de sensíveis diferenças entre a dinâmica cultural da metrópole e da colônia. Enquanto em Portugal a Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada em 1779 sob os auspícios da rainha D. Maria I, recebia consideráveis incentivos para sua produção e sua respectiva divulgação, no espaço luso-americano o que se verificava era a asfixia dos já raros recantos nos quais os saberes eram difundidos.⁹

Além do desestímulo ao desenvolvimento de um ambiente propício às agremiações de cariz acadêmico, Silva Alvarenga deparou-se no Rio de Janeiro com dificuldades consideráveis com o sistema de ensino, no cargo de professor régio que ocupava. Insatisfeita com o que acreditava ser um descaso com o ensino régio na colônia, o poeta luso-americano enviaria, junto com outro professor, João Marques Pinto, ocupante da cadeira de Grego no Rio de Janeiro, representações em 1787 e 1793 endereçadas à D. Maria I.¹⁰ Ne-las, fizeram referência não somente à precariedade de condições para darem aulas, como também acusaram os vice-reis de estimularem os seus alunos a abandonarem suas aulas e irem para seminários, locais de ensino de onde não eram recrutados para tomarem parte em tropas ou corpos auxiliares, enquanto os alunos das aulas régias eram muitas vezes convocados para o serviço militar da capitania. Na primeira representação, eles denunciaram a atitude perpetrada por religiosos de recolherem seus alunos, dissuadindo-os de frequentarem suas aulas e atraindo-os para as deles. Silva Alvarenga e João Marques Pinto alegam que tais “Religiosos beneditinos, e de Santo Antônio” atentavam contra as leis régias em vigor ao ensinarem a estes alunos “a filosofia peripatética já proibida pelas leis como inútil e prejudicial ao progresso das ciências”.¹¹ Tal prática provocaria um inconformismo em mentes como as de Silva Alvarenga, letrado que se dedicava à docência visando ser útil ao Império. Faz-se necessário frisar que a atuação dos clérigos no campo do ensino se dava não somente no âmbito das instituições religiosas como também na ocupação

de postos no sistema das aulas régias. Na cidade do Rio de Janeiro, registram-se casos de religiosos assumindo cadeiras de Primeiras Letras e de Gramática Latina em fins do século XVIII (TUNA, 2009, p. 80-81). Tal situação era comum em outras capitâncias, entre elas a de Minas Gerais, e utilizada como forma de complementar as rendas exígues advindas do pagamento das côngruas por parte do Estado, pagamento este que muitas vezes não se efetivava (FONSECA, 2010, p. 77).

Tal episódio, inclusive, não seria o único embate de Silva Alvarenga com membros do clero local. Em sua primeira inquirição, o poeta chega a declarar que desconfiava que sua prisão fora motivada em razão de uma sátira da qual era acusado ter sido o autor. Silva Alvarenga faria referência a alguns sonetos satíricos endereçados a um frade de nome Raimundo, os quais nega ter escrito. Tudo indica que o Frei Raimundo em questão seja Frei Raimundo Penaforte da Anunciação, o responsável por tomar a confissão de Tiradentes antes do seu enferramento. A existência de tal conjunto de sonetos foi inicialmente propalada na historiografia por Joaquim Norberto Souza e Silva que, contudo, não expôs seus originais, tampouco apontou sua localização. Até o presente momento, não se tem notícia sobre a real existência destes versos, razão pela qual Francisco Topa recomenda cautela acerca da efetiva elaboração destes sonetos por parte de Silva Alvarenga (TOPA, 1998, p. 63). Curioso observar que Mariano José Pereira da Fonseca, um dos membros da Sociedade que também seria encarcerado e interrogado, declarou, durante uma de suas inquirições, que acreditava que a causa de sua prisão era o “ódio ou raiva” que dele tinha “um frade de Santo Antônio chamado Frei Raimundo”, que havia recomendado ao vice-rei que não tivesse medo dos franceses, mas sim dos “filhos do Brasil” (AUTOS..., 2002, p. 240-241). Mais uma vez, a contraposição entre os nascidos no Reino e os naturais da América portuguesa esboçava-se de forma articulada.

Uma livraria¹² para ler o mundo

Reunindo cerca de 1.576 volumes, a livraria de Manuel Inácio da Silva Alvarenga foi uma das maiores do período colonial, ao lado dos acervos do padre baiano Francisco Agostinho Gomes e do frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana (MORAES, 2006, p. 34; VILLALTA, 1997, p. 364). Ao se debruçar sobre a livraria do poeta luso-americano, salta aos olhos em sua composição um rol de interesses que suplanta consideravelmente seus afazeres profissionais como advogado e professor régio de Retórica e Poética. Com-pêndios jurídicos em latim e de juristas italianos, espanhóis e lusitanos integram o acervo, como não poderia deixar de ser, por se tratar de uma livraria de um advogado. Igualmente, estão bem representados no acervo de Silva Alvarenga obras no campo da retórica e da poética, autores da antiguidade como Virgílio e Sófocles, assim como livros de escritores italianos como Torquato Tasso, Ludovico Ariosto e Giovanni Guarini, que exerceriam considerável influência sobre os árcades luso-americanos.

Contudo, todo este conjunto é superado em números pela literatura francesa dos

séculos XVII e XVIII, que marca expressiva presença no acervo. A livraria exibe, assim, um significativo número de títulos que manifestam o interesse do poeta por um horizonte de temas que excedem sua prática advocatícia, sua atividade no campo do ensino e sua produção no campo literário. Neste sentido, faz-se necessário realçar a ocorrência, na lista de livros que pertenceram a Silva Alvarenga, de títulos que dissertam acerca de matérias científicas como a História Natural, a Farmacêutica, a Matemática e outras.

Infelizmente, não é possível reconstituir o rol de leituras efetivamente realizadas pelo poeta. No que tange a este exercício, já se encontra bem sedimentado o cuidado que o pesquisador deve ter ao analisar listas títulos de bibliotecas do período colonial para que ele não assuma que a posse de um livro seja a garantia de sua leitura (ALGRANTI, 2004, p. 90-92). Cientes deste procedimento cautelar, estudos recentes alcançaram importantes resultados acerca do universo cultural dos possuidores de livros, entrecruzando suas trajetórias com o campo de textos com o qual podem ter tido significativo contato. Ao se estudar o acervo de livros de Silva Alvarenga, o pesquisador se beneficia aqui de dois destes estudos. Em dois trabalhos acerca da atuação de alguns advogados que atuaram nas Minas Gerais Setecentistas, Álvaro de Araújo Antunes analisou com minúcia as listas das livrarias destes profissionais (ANTUNES, 2004, 2005). Ancorado na noção do historiador francês Daniel Roche, segundo a qual uma biblioteca é “estado d’alma”, Antunes vislumbra o ânimo como elemento que informa a posse de um livro por um indivíduo. Em suas palavras, “a relação dos livros que compõem uma livraria não é apenas um atestado de posse, mas também um registro, ainda que opaco, de um modo de vida, de paixões, de meios, de escolhas, de ‘ânimos’” (ANTUNES, 2005, p. 169).

Ainda que não exercesse profissionalmente trabalhos relacionados à ciência, Silva Alvarenga acolheu em seu acervo pessoal obras que indiciam uma predisposição a transitar com familiaridade entre as discussões que envolviam os saberes científicos, cujos caminhos haviam sido reorganizados no Império português após a Reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra, de 1772. Nesta linha, faz-se necessário frisar que, além de possuir em seu acervo o *Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra*, de 1771, e os *Estatutos da Universidade de Coimbra*, de 1772, Silva Alvarenga adquiriu ao longo de sua vida publicações de cunho científico, em sua maioria de autoria de franceses, as quais sinalizam para sua postura de ilustrado comprometido com o alargamento dos horizontes dos saberes.¹³

Presença assídua em muitas bibliotecas particulares setecentistas, tanto da metrópole quanto do ultramar, a *Recreação Filosófica*, de Teodoro de Almeida, aparece na lista de livros de Silva Alvarenga, o qual, de acordo com ela, possuía nove volumes do total de dez publicados entre 1751 e 1800. Extensa publicação de caráter enciclopédico, o conjunto de livros concebidos pelo oratoriano era ladeado na biblioteca por um número nada desprezível de obras francesas focadas em assuntos científicos. A mais popular delas era certamente a do francês e também oratoriano Nicolas Malebranche *De la recherche de la vérité*,

publicada em três volumes, entre os anos de 1674 e 1675, obra de abrangência notável, a qual sinalizava para a necessidade de se conjugar a experiência humana e a razão divina para explicar as causas das criações de que se tinha notícia. Neste prisma, Malebranche consagraria seu pensamento racionalista como extremamente estruturado por um viés místico (ISRAEL, 2009, p. 549).

Outro livro de filósofo francês ligado à Igreja Católica presente na livraria de Silva Alvarenga é o compêndio de lógica *La clef des sciences & des beaux arts: ou, La logique*, de Jean Cochet, publicado em Paris, em 1750. Cumpre lembrar que os manuais de lógica mais comuns nas prateleiras dos letreados lusitanos e luso-americanos do século XVIII eram o do italiano Antonio Genovesi, e a *De Re Logica*, de Luis Antonio Verney, ambos recomendados para uso dos professores régios após a Reforma dos Estudos Menores de 1759 e também encontrados nas prateleiras de Silva Alvarenga.¹⁴

Antonio Genovesi, eminent filósofo italiano nascido em 1712 e professor da Universidade de Nápoles, foi autor de numerosos escritos acerca de matérias filosóficas, econômicas e políticas. Sua obra no campo da Lógica conquistaria considerável penetração no espaço lusitano na segunda metade do século XVIII, especialmente após ser publicada em português, em 1787.¹⁵ Luis Antonio Verney, nascido em Lisboa, em 1713, foi figura de vira-gem do pensamento ilustrado português. Formado em Filosofia na Universidade de Évora, Verney migraria para a Itália, onde estudaria Teologia e Direito em Roma. Em 1746, em Nápoles, viria a lume seu *Verdadeiro método de estudar*, texto seminal em que procura aliar a faculdade da razão e a fé católica e que teria sido a primeira reflexão abertamente crítica ao modelo de ensino vigente nas escolas portuguesas (ARAÚJO, 2003, p. 55). Segundo Cabral de Moncada, tanto na carta dedicada à Lógica presente no *Verdadeiro método de estudar* como em sua obra *De Re Logica* – título presente na livraria de Silva Alvarenga – Verney argumentaria que a verdadeira lógica assentava-se na tarefa de compreender os fenômenos valendo-se do emprego da razão humana (MONCADA, 1941, p. 26-27).

Desta maneira, o livro de Cochet era mais um no campo da lógica a figurar entre as possíveis leituras do poeta luso-americano. Cochet fora personalidade de relevo no clero francês durante o século XVIII, tendo sido reitor da Universidade de Paris. Seu livro foi bastante lido na Europa na segunda metade dos Setecentos, tendo sido traduzido para outros idiomas, como o italiano. É digno de destaque que Silva Alvarenga, em seu afã de sintonizar-se com os caminhos que a lógica proporcionava na resolução de matérias ligadas à ciência, tivesse, além dos compêndios usuais entre os letreados lusitanos, uma obra publicada na Europa além-Pirineus que poderia trazer métodos e referências diferentes daqueles receitados pelos manuais de lógica indicados para uso dos professores régios no Império português.

Ao lado de Malebranche e de Cochet, Silva Alvarenga possuía em sua livraria outros autores franceses cuja obra também assentava-se no respeito às sagradas escrituras. Entre eles, destaca-se o historiador e jurista francês Antoine Yves-Goguet (1716-1758), autor de

De l'origine, des loix, des arts, et des sciences; et de leurs progrès chez les anciens peuples, publicado em Paris, em 1758, em três volumes e que seria traduzido ainda no século XVIII para o inglês, italiano e alemão. O texto configura-se numa história do mundo antigo, tanto o ocidental como o oriental que, em que pese seu propósito de ser um relato histórico racional, reafirma a veracidade de milagres bíblicos mesmo nos casos em que eles contradiziam as leis da natureza (WOLLOCH, 2007, p. 26).

O estudo da História Natural encontrava-se representado na livraria de Silva Alvarenga por uma significativa gama de outros autores, muitos deles franceses, que se dedicaram a um estudo sistemático e que davam central importância para o valor da experiência e da observação sem, contudo, deixar de considerar a providência divina. Refiro-me aqui, primeiramente, a *Cours d'histoire naturelle, ou Tableau de la Nature*, de autoria do abade Jean-Baptiste-François Hennebert e de Gaspar Guillard de Beaurieu, do qual Silva Alvarenga possuía o primeiro de seus sete tomos. Publicada em Paris, em 1770, a obra faz uma minuciosa exposição do que se sabia até então acerca da fisiologia dos seres vivos, procurando englobar o homem, os animais quadrúpedes, os pássaros, os peixes e os insetos. No campo da história natural, Silva Alvarenga conservava em sua livraria 15 volumes do *Dictionnaire raisonné universel d'Histoire Naturelle*, de Jean Christophe Valmont de Bomare, cuja primeira edição publicada em Paris, em 1764, já se mostrara um sucesso. A popularidade do livro motivaria seguidas edições, bem como motivaria seu autor a ampliá-lo. O dicionário de Bomare pretendia-se amplo. Seu escopo incluía verbetes sobre os três reinos da natureza, os corpos celestes e de outros fenômenos da natureza. Incluía ainda um levantamento histórico de produtos medicinais extraídos da natureza para uso na medicina, nos afazeres domésticos e no meio rural e em outros ofícios.

Primeiramente, é possível conjecturar que o interesse de Silva Alvarenga por títulos deste cariz relaciona-se com seu interesse pessoal por matérias relacionadas aos ramos da História Natural e igualmente por seu anseio pessoal em acompanhar de forma proveitosa e ativa as discussões que ele travava com colegas seus letrados, seja no âmbito da Sociedade Literária por ele reanimada seja em ocasiões exteriores a ela. Para além disso, faz-se necessário considerar o interesse pessoal de Silva Alvarenga pelos melhoramentos de uma propriedade da qual era sócio. À altura de sua prisão, em 1794, o poeta era sócio do médico e colega da Sociedade Literária Jacinto José da Silva Quintão na propriedade de uma fazenda em Sarapuí, na freguesia de Santo Antônio da Jacutinga, "na qual há boa olaria".¹⁶

Além do já aqui citado dicionário de Bomare, o poeta manteve em suas estantes livros de fisiocratas de relevo publicados na França no século XVIII. Na seara propriamente dita da economia rural, a livraria de Silva Alvarenga conta com dois importantes títulos. Um deles é o volumoso trabalho do abade François Rozier intitulado *Cours complet d'Agriculture Théorique, Pratique, Economique, et de Médecine rurale et vétérinaire*, publicado em dez volumes entre os anos de 1781 e 1805.

Outro livro, tão célebre quanto o de Rozier, é *Le cultivateur anglais*, ampla coleção

de textos do escritor e economista inglês Arthur Young, nascido em 1741. Em 1759, Young tornou-se administrador de uma fazenda em Essex, na Inglaterra, onde procurou de forma experimental implantar novos métodos agrícolas, cujos resultados sintetizou primeiramente em *Course of experimental agriculture* (1770). Em suas viagens por outros países como Irlanda, País de Gales e França, Young sublinhou, além dos aspectos políticos e sociais das regiões, as diferenças entre técnicas agrícolas adotadas nas regiões visitadas. *Le cultivateur anglais* é a tradução para o francês de vários títulos de autoria de Young. Nesta coleção, composta por 18 volumes, Young fornece subsídios para aqueles que necessitam de conhecimentos práticos no campo da economia rural. Em dois deles, sob o título, *Le Guide du Fermier* (em português, o guia do agricultor), Young (1770) expõe um considerável rol de conhecimentos direcionados para todo aquele que tivesse a responsabilidade de gerenciar pequenas, médias e grandes propriedades agrícolas.

O ânimo de Silva Alvarenga por saberes no campo da agricultura não se resume à extensa série de livros de Arthur Young. A lista dos livros de seu acervo também registra a presença de outro livro célebre neste assunto: *Lettres d'un Cultivateur Americain*, do francês Michel Guillaume Jean de Crèvecoeur. Nascido em 1735, na região francesa da Normandia, Crèvecoeur migraria para os Estados Unidos, onde obtém a naturalização, ao casar-se com uma norte-americana, em 1770. Estabelecendo-se no condado de Orange no Estado de Nova Iorque e ali adquirindo uma propriedade rural, inicia uma carreira exitosa como fazendeiro, experiência fundamental para a redação de suas cartas, escritas entre 1770 e 1778 e dirigidas a um suposto destinatário inglês. Uma das cartas mais famosas seria a segunda, na qual Crèvecoeur procura expor ao seu correspondente, na condição de europeu que se naturalizara em Nova York, o que é ser um americano. Um dos traços que marcaria o povo americano seria sua origem miscigenada: "com alegria, eles abandonaram os nomes ingleses, irlandeses, alemães, suecos, franceses, para adotar os nomes americanos". (CRÈVECOEUR, 1784, p. 19-20). Além de posicionar a mistura racial entre os povos como aspecto que diferencia a América da Europa, Crèvecoeur descreve o território como ideal para quem deseja, por meio de sua força de trabalho, progredir. A fim de reforçar a ideia da América do Norte como um espaço de chances bem distribuídas de progresso individual, o fazendeiro ressalta que os únicos títulos lá tolerados seriam os de advogado e de mercador. E, ao explicar o que um viajante testemunharia na América do Norte, vai mais além no elogio ao que identifica como uma terra de considerável isonomia social: "Ele não verá nenhum ponto do país repartido entre um número de barões que, do alto de seus castelos denteados, concedem suas terras a seus vassalos em troca de serviços honrosos. Ele não verá nem o antigo abade, nem o mosteiro isolado" (CRÈVECOEUR, 1784, p. 29). O fazendeiro, ensaiando uma contraposição ao que testemunhara na Europa, declara não ter encontrado na América comunidades aristocráticas, cortes, reis ou domínio por parte de eclesiásticos. A reflexão de Crèvecoeur postula a América como um mundo de possibilidades abertas para aquele que desejasse empreender com sua força de trabalho.

Ainda que não constasse de editais de livros defesos, a obra de Crèvecoeur trazia,

como se nota nos breves trechos aqui mencionados, elementos que poderiam agitar as mentes letradas, visto que lidos em situação colonial (NOVAIS, 2001, p. 169). Enquanto ilustrado, formado em Coimbra em pleno processo da Reforma da Universidade levada a cabo em 1772, Silva Alvarenga ansiava poder contribuir para o engrandecimento do Império de acordo com os designios de aperfeiçoamento e aplicabilidade dos saberes em prol da felicidade pública, vivenciados durante o período em Coimbra. Ainda que sua formação na instituição tenha se dado na Faculdade de Cânones, é crível argumentar que a atmosfera de renovação das práticas científicas – composta, entre outros elementos, pela vinda de professores estrangeiros à Universidade de Coimbra e pela criação de laboratórios e de outros estabelecimentos destinados ao estudo, conservação e experimentações ligadas ao mundo natural – tenha sido vislumbrada de perto pelo jovem estudante luso-americano, como indiciam algumas de suas composições poéticas e sua posterior proeminente atuação na reativação da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Em sua primeira inquirição da devassa de 1794, o professor régio, ao ser questionado a respeito da finalidade da Sociedade Literária que ajudara a refundar, esclarece que “o objetivo principal era não esquecerem os seus sócios as matérias que em outros países haviam aprendido; antes, pelo contrário, adiantar os seus conhecimentos” (AUTOS..., 2002, p. 195). Assim, é lícito considerar que a leitura de um livro como o de Crèvecoeur, ao lado do acesso que tinha a textos de autores da Ilustração francesa, como o *Cândido*, de Voltaire, conduziria Silva Alvarenga a refletir de forma comparativa sobre suas possibilidades de inserção na sociedade colonial.¹⁷

Assim como a população gestada na América do Norte, a miscigenação racial marcaria enormemente a América portuguesa e Silva Alvarenga, na condição de mulato, não poderia estar indiferente diante de tais realidades. O poeta certamente enfrentou resistências em Coimbra, ambiente em que, segundo Stuart Schwartz (2003, p. 251), os oriundos da América portuguesa tinham com frequência suas capacidades questionadas. Na mesma trilha, Schwartz aponta que a presença de homens de origem mestiça nas instituições portuguesas de educação superior era rarefeita, e, neste contexto, “a discriminação era efetiva” (SCHWARTZ, 2003, p. 250). As páginas de um livro como o de Crèvecoeur, ao vislumbrar com entusiasmo as oportunidades disponíveis aos povos da América do Norte, poderiam levar o letrado nascido em Vila Rica a aspirar melhores destinos. As lições de agricultura que o livro do fazendeiro francês fornece com suas experiências desenvolvidas na América do Norte tinham potencial para fornecer ao poeta e professor régio subsídios para a adoção de técnicas mais avançadas que aumentassem os resultados da olaria que tinha em sociedade com Jacinto José da Silva.

Importante salientar que a aplicação prática do conhecimento produzido constituía-se na pedra de toque para a Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Em seus estatutos oficiais, de 1786, estabelece-se que na determinação da matéria a ser objeto de trabalho nas assembleias, “será a escolha desta decidida sempre pela sua maior utilidade, pelo mais próximo proveito que pode resultar, pela menor complicação com obstáculos que, na infância da Sociedade, destituída atualmente de meios, só poderiam servir de abater os âni-

mos e fazer desvanecer as esperanças que concebe para o futuro" (AUTOS..., 2002, p. 323).

O empenho de Silva Alvarenga na reativação da Sociedade Literária ajusta-se ao seu propósito, relatado na devassa, de manter vivo o que os letreados aprenderam nos centros universitários estrangeiros. Tal declaração indica, assim, uma constatação: o prognóstico incerto e em aberto do estágio dos saberes científicos na colônia em comparação com a metrópole demandava uma atitude que alterasse tal panorama, conforme os propósitos da Reforma da Universidade haviam preconizado e se estabelecido como parâmetro, com seu legado de aperfeiçoar o conhecimento em benefício da utilidade pública e do Império. Dentro do mesmo cenário, o desencanto ao ver que as condições de trabalho dos professores régios na colônia pouco haviam progredido mesmo após duas Reformas, o apoio meramente formal das autoridades régias aos trabalhos da Sociedade Literária somavam-se ao conhecimento que aportava pelos livros e gazetas acerca das realidades sensivelmente diferentes que vigoravam em outras nações.

Considerações finais

Silva Alvarenga teve em sua trajetória de 65 anos de vida a passagem pela Universidade de Coimbra recém-reformada, na qual os espíritos dos estudantes eram formados para melhor servirem à sua pátria, concentrando-se em soluções que visassem ao aprimoramento da produção econômica do Império português. Não importa a localidade dentro do espaço do Império em que estivessem, os súditos do rei eram convocados a exercer seus ofícios com máximo afínco em benefício da pátria que, dentro da expectativa real, corresponderia à totalidade do Império, para se utilizar a noção de patriotismo imperial.¹⁸ No entanto, as incongruências entre o futuro que se projetava para os habitantes letreados da metrópole e aquele reservado aos seus congêneres da América portuguesa é parte integrante de um processo que os conduz de maneiras diversas à percepção da crise do Império português na América (JANCSÓ; PIMENTA, 2000, p. 136). Tal situação acabaria por dar ensejo a tensões, mutações e fraturas no sentimento de patriotismo imperial entre os luso-americanos.

Vislumbrada em vários excertos da obra poética de Silva Alvarenga, a condição de fiel vassalo do Rei lhe impunha, como não poderia deixar de ser, a percepção acerca de sua posição complementar no espaço imperial. Ainda assim, ao justapor a experiência de sua vida na colônia com aquilo que a Coroa projetara nominalmente para seus súditos, formava-se assim o contexto para a constatação de que tais distâncias seriam maiores do que as previstas. Tal jogo proporcionaria a sensação de que fidelidade à Monarquia e condição americana seriam posições em permanente travejamento, num movimento potencialmente construtor de diferenças.

No caso de Silva Alvarenga, letrado comprometido em contribuir com seu conhecimento aperfeiçoado nos bancos de Coimbra e com anseios pessoais de ver sua olaria progredir e, assim, majorar seus rendimentos, os impedimentos que se apresentavam para

a realização de seus propósitos moldariam o âmago de tal percepção de sua condição americana. Além disso, as leituras, como as do livro do fazendeiro francês Crèvecouer, motivariam-no, juntamente com outros volumes de sua biblioteca, a sonhar com a mesma sorte dos americanos do hemisfério norte.

Referências

ACTAS das Congregações da Faculdade de Cânone (1772-1820). Coimbra: Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1983. v. I.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura*: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821). São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004.

ALMEIDA, Anita Correia Lima de. *Inconfidência no Império*: Goa de 1787 e Rio de Janeiro de 1794. Rio de Janeiro: Faperj; 7 Letras, 2011.

ALMEIDA, M. Lopes de. *Documentos da Reforma Pombalina (1771-1782)*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1937. v. 1.

ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva. *No dia da inauguração da estatua equestre de El Rey Nossa Senhor*. Ode. S.l.: s. n., [1775].

ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva. *Obras poéticas*: Introdução, organização e fixação de texto de Fernando Morato. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Saraiva; Edusp, 1978.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Espelho de cem faces – O Universo Relacional de um advogado setecentista*. São Paulo: Annablume, 2004.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Fiat Justitia*: os advogados e a prática da justiça em Minas Gerais (1750-1808). 2005. 368f f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal – Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

ARAÚJO, Ana Cristina. Dirigismo cultural e formação das elites no pombalismo. In: ARAÚJO, Ana Cristina. (Coord.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. p. 9-40.

AUTOS da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794. 2. ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

BOTO, Carlota. *A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade*. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 282-299, 2010.

BRAGA Teophilo. *História da Litteratura Portugueza – A Arcádia Lusitana – Garção – Quieta – Figueiredo – Diniz*. Porto: Lello & Irmão, 1899.

BRIGOLA, João Carlos Pires. *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959. v. IV.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CRÈVECOEUR, Michel-Guillaume Jean de. *Lettres d'un cultivateur américain*. Paris: Chez Cuchet, 1784. Tomo 1.

CRUZ E SILVA, Antonio Diniz da. *Poesias*. Lisboa: Typ. Lacerdina, 1807. Tomo I.

FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *O ensino régio na Capitania de Minas Gerais – 1772-1814*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FURTADO, Joaci Pereira. *A caligrafia dos afetos – O poema heróico-cômico árcade e a sociedade luso-americana*. 2001. 237 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GUERRA, François-Xavier. A nação na América Espanhola. A questão das origens. *Revista Maracanã*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 9-30, 1999/2000.

ISRAEL, Jonathan I. *Iluminismo Radical: A Filosofia e a construção da Modernidade, 1650-1750*. Tradução de Claudio Blanc. São Paulo: Madras, 2009.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (ou apontamentos

para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias.* 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2000. p. 127-175.

KANTOR, Iris. Ciência & Império: trajetórias de ilustrados lusoamericanos na segunda metade do século XVIII. In: *LABORATÓRIO do mundo: Ideias e saberes do século XVIII*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Pinacoteca do Estado, 2004. p. 245-251.

KURY, Lorelai Brilhante. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, supl. 1, p. 109-129, 2004.

MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

MONCADA, Luís Cabral de. *Um "iluminista" português do século XVIII*: Luiz Antonio Verney com um apêndice de novas cartas e documentos inéditos. Coimbra: A. Amado, 1941.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

MORATO, Fernando (Org.). *Obras poéticas*: Silva Alvarenga. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MUNTEAL FILHO, Osvaldo. *Uma sinfonia para o Novo Mundo*: a Academia Real das Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial. 1998. 599 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

PINTO, Manuel Serrano et al. O medico José Pinto de Azeredo (1766?-1810) e o exame químico da atmosfera do Rio de Janeiro. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 617-673, set. 2005.

POLITO, Ronald. Introdução. In: ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva. *O desertor - Poema herói-cômico*. Notas de Joaci Pereira Furtado e edição de Ronald Polito. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 15-55.

RODRIGUES, Manuel Augusto. *A Universidade de Coimbra: Figuras e factos da sua história*. Porto: Campo das Letras, 2007. v. I.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *No rascunho da nação: Inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

SCHWARTZ, Stuart B. A formação de uma identidade colonial no Brasil. In: SCHWARTZ, Stuart B. *Da América portuguesa ao Brasil*. Lisboa: Difel, 2003. p. 217-272.

SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. 2015. 413 f. Tese (Doutorado em Filosofia e História das Ciências) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto. *Obras poéticas, collegidas, anotadas e precedidas do juízo crítico dos escriptores nacionaes e estrangeiros, e de uma notícia sobre o autor e suas obras acompanhadas de documentos históricos por J. Norberto de Souza Silva*. Rio de Janeiro: Garnier, 1864. 2 Tomos.

TOPA, Francisco. *Para uma edição crítica da obra do árcade brasileiro Silva Alvarenga: Inventário sistemático dos seus textos e publicação de novas versões, dispersos e inéditos*. Porto: Edição do Autor, 1998.

TUNA, Gustavo Henrique. *Silva Alvarenga: representante das Luzes na América portuguesa*. 2009. 318 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VALADARES, Virgínia Trindade. *Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos*. Lisboa: Colibri, 2004.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 331-385.

VILLALTA, Luiz Carlos. Romances e leituras proibidas no mundo luso-brasileiro. In: ABREU, Márcia (Org.). *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2008. p. 243-274.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as Luzes: reformas, censura e contestação*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

WOLOOCH, Nathaniel. "Facts, or Conjectures": Antoine-Yves Goguet's Historiography. *Journal of the History of Ideas*, v. 68, n. 3, p. 429-449, jul. 2007.

YOUNG, Arthur. *Le Guide du Fermier*. Paris: Chez J. P. Cotard, 1770. 2 v.

Notas

1 Em 1771, a Junta da Providência Literária realizaria um balanço da estrutura de ensino da instituição coimbrã vislumbrando planificar suas futuras mudanças, exercício que resulta na concepção do *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, documento que se encontra analisado em Boto (2010, p. 294-296).

2 Arquivo da Universidade de Coimbra, Livro de matrículas, 1768-1769, v. 86, (IV-1a D-1-4-39), fl. 400 v.

3 Arquivo da Universidade de Coimbra, Livros de Actos e Graus, 1770-1771, v. 105, (IV- 1a D-1-2-49), fl. 54 v.

4 "Ordem para a suspensão dos estudos da Universidade antes da Reforma", 25 de setembro de 1771 (ALMEIDA, 1937. v. 1, p. 1).

5 Carta de curso de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, 1768-1776. Arquivo da Universidade de Coimbra, Cartas de curso, (IV- 2a - D-12), fl. 4.

6 Arquivo da Universidade de Coimbra, Livros de Actos e Graus Grandes, 1773-1780, (IV- 1a D-2-3-2), fl. 142 v.

7 A ode "À mocidade portuguesa" foi impressa pela primeira vez no volume IV da obra *Miscellanea curiosa, e Proveitosa, ou Compilação tirada das melhores obras das nações estrangeiras*, traduzida e ordenada por ***C. I., Lisboa: Typografia Rollandiana, 1782, p. 329-331. A identificação da publicação foi realizada graças aos esforços do pesquisador Francisco Topa. Cf. Topa (1998, p. 34-35).

8 Consideravelmente sólidos são os indícios que apontam que o médico José Pinto de Azeredo, nascido no Rio de Janeiro e formado em Medicina em Edimburgo, na Escócia, tenha apresentado na Sociedade Literária os resultados de sua pesquisa sobre a composição do ar. Cf. Pinto et al. (2005, p. 618).

9 Um amplo e recente estudo acerca da organização da Academia das Ciências de Lisboa foi realizado por Silva (2015). Uma análise mais concentrada em explorar as relações da instituição com a América portuguesa foi conduzida por Munteal Filho (1998).

10 Ofício do professor de Língua Grega João Marques Pinto e do professor de Retórica Manoel Inácio da Silva Alvarenga na cidade do Rio de Janeiro ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, solicitando que ponha na presença real a carta que enviam sobre o estado lastimoso em que se encontram os estudos de Filosofia, Retórica e Língua Grega no Rio de Janeiro pela oposição dos clérigos e religiosos ao seu desenvolvimento Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1787, Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Rio de Janeiro, cx. 129, doc. 10268. E Carta do professor de Grego João Marques Pinto, e do Professor de Retórica, Manoel Inácio da Silva Alvarenga, à rainha [D. Maria II], relembrando a lei de 1772 que restaurou no reino e nas colônias as escolas de Retórica, Filosofia e Língua Grega; relatando a escassez de alunos do Rio de Janeiro, a rivalidade entre ensino religioso e leigo; a campanha de difamação feita pelos eclesiásticos contra os professores e os estudos das Humanidades. Rio de Janeiro, 28 de março de 1793, Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Rio de Janeiro, cx. 147, doc. 11365.

11 Ofício do professor de Língua Grega João Marques Pinto e do professor de Retórica Manoel Inácio da Silva Alvarenga na cidade do Rio de Janeiro ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, solicitando que ponha na presença real a carta que enviam sobre o estado lastimoso em que se encontram os estudos de Filosofia, Retórica e Língua Grega no Rio de Janeiro pela oposição dos clérigos e religiosos ao seu desenvolvimento Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1787, Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Rio de Janeiro, cx. 129, doc. 10268.

12 O uso do termo "livraria" para fazer referência ao conjunto de obras impressas é constantemente visto na documentação colonial para fazer referência ao conjunto de livros pertencentes a indivíduos ou a instituições religiosas ou laicas. No *Vocabulario Portuguez & Latino*, de Raphael Bluteau, o termo livraria traz o seguinte texto: "Lugar onde estão muitos livros em estantes. *Bibliotheca. c. Fem. Cic. Vid. Livro. Raphael Bluteau. Vocabulario Portuguez & Latino*. v. 5. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, p. 163.

13 A lista de livros de Manuel Inácio da Silva Alvarenga aparece como apêndice do livro de Moraes (2006). Em minha tese de doutorado, realizei um trabalho de identificação dos títulos no fito de alcançar o máximo possível

sua efetiva composição. Tal listagem analítica, que resultou na identificação de 295 títulos, constitui-se no anexo III da tese que pode ser acessada em <[http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01122009-120848/pt-br.php](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01122009-120848/)>.

14 Memória dos livros aconselháveis e permitidos para o Novo Método (ANDRADE, 1978, p. 186).

15 Refiro-me aqui a *Instituições logicas escritas para uso da mocidade*. Por seu autor Antonio Genuense, traduzidas e addiccionadas em portuguez, por Guilherme Coelho Ferreira. Lisboa: Officina Patr. De Francisco Luiz Ameno, 1787.

16 Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Fundo Vice-Reinado, Correspondência de diversas autoridades com vice-reis, cx. 485, pct 2.

17 Na lista de livros da biblioteca de Silva Alvarenga, constam cinco títulos de autoria de François Marie Arouet Voltaire, entre os quais seu *Romans et contes*, em quatro volumes. Esta obra abrigaria em um de seus volumes o conto filosófico de cariz satírico *Cândido, ou o Otimismo*, publicado pela primeira vez em 1759. Segundo Luiz Carlos Villalta (2008), Voltaire destila no referido conto críticas ao colonialismo, à Inquisição portuguesa e à sacralidade da monarquia, entre outros alvos. Ver Tuna (2009, p. 296-297) e Villalta (2008, p. 245).

18 O conceito foi utilizado por François-Xavier Guerra (1999/2000) em trabalhos acerca dos sentimentos identitários na América Espanhola.

Gustavo Henrique TUNA. Doutor em História Social pela USP (2009). Gerente editorial da Global Editora. Endereço: R. Pirapitingui, 111 - Liberdade, São Paulo - SP, 01508-020.

Recebido em: 09/06/2017

Aprovado em: 12/09/2017